

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 894 - de 9 dezembro 2021 a 15 de janeiro de 2022



o ano acaba,
a luta
continua

pág.4

EM CAMPANHA: NÃO À FEDERAÇÃO DO PT COM O PSB!

LUTA DE CLASSE

Não à proposta de reforma trabalhista de Bolsonaro

pág.6

NACIONAL

Mulheres negras, as principais vítimas da situação

pág.8

HISTÓRIA

Há 45 anos surgia a OSI, atual Corrente O Trabalho do PT

pág.9

INTERNACIONAL

Macron manda tropas contra greve em Guadalupe

pág.11

Evasão escolar cresce 171% na pandemia

Número de crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos fora da escola é o maior em anos

O Brasil atingiu patamar recorde de evasão escolar entre crianças e adolescentes de 6 a 14 anos durante a pandemia. Segundo um estudo da Todos Pela Educação e dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, a evasão escolar no Brasil é a maior desde os últimos seis anos. Aproximadamente 244 mil crianças e adolescentes estavam fora da escola no segundo trimestre de 2021.

O número representa um crescimento de 171% na evasão em relação aos números de 2019. O estudo também aponta uma queda no número de matriculados no ensino fundamental e médio, que chega a 96,2% das crianças e adolescentes. O menor desde 2012. Em 2019, os matriculados chegavam a 98%.

O responsável por esse crime é o governo Bolsonaro! Com o aumento

do desemprego, do preço dos alimentos e da pobreza no país, cada vez mais crianças e adolescentes abandonam os estudos em busca de trabalho informal. Uma pesquisa da Unicef aponta um crescimento intenso do trabalho infantil durante a pandemia no Brasil. Os adolescentes são os que mais trocam a escola pelo trabalho. Para cuidar dos irmãos pequenos ou complementar a renda da casa, os adolescentes procuram fazer uma renda extra em funções precarizadas como entregadores de aplicativo, venda em sinais de trânsito, ajudante na construção civil, catadores etc.

Sobreviver ou estudar, o drama de milhões de jovens

O fechamento das escolas e a falta de condições de acesso ao ensino comprometem o futuro de uma



Obrigados a trabalhar para sobreviver jovens abandonam os estudos

geração. A falta de equipamentos, local adequado para estudar, professores, bolsas e auxílios, merenda e transporte, faz com que os jovens sejam empurrados para fora da escola. Outro estudo divulgado pelo Observatório da Alimentação Escolar (OAE) mostrou que apenas 14% dos estudantes das escolas públicas receberam cestas ou cartões-alimentação, durante a pandemia, através do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. 23% dos estudantes não receberam nenhum tipo

de assistência alimentar.

O governo Bolsonaro nega educação para a juventude e renda para as famílias. Em meio ao desemprego e à inflação, o governo anuncia o fim do bolsa família, aprofundando ainda mais a crise do povo e obrigando adolescentes a escolher entre os estudos ou a sobrevivência. A piora das condições de vida e o descaso do governo genocida com a educação comprometem o futuro de milhões que, quando não deixaram os estudos, mal conseguiram estudar. Há muito para recuperar e essa luta passa por seguir o combate para colocar abaixo o governo genocida! A exigência aos governantes de reivindicações como bolsas, merendas e outras pautas concretas para retomada digna das aulas presenciais é uma questão necessária.

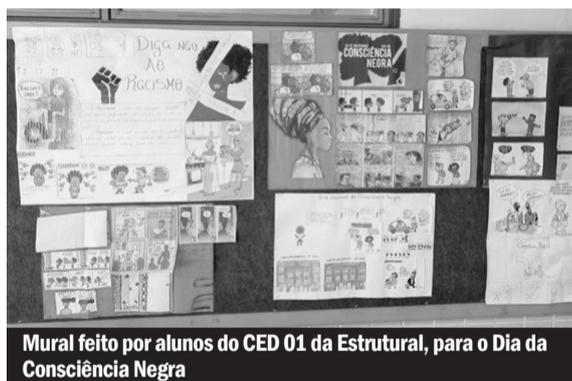
Kris

Mural papo reto

Exposição Consciência Negra coloca dedo na ferida em escola militarizada

A gestão disciplinar do Centro Educacional 01 da Estrutural, periferia do Distrito Federal, tentou censurar trabalhos expostos nas paredes da escola pelos alunos na semana da Consciência Negra.

A partir de um projeto na aula de História, o mural dos estudantes continham charges com imagens da PM relacionada à violência contra o povo negro. A apresentação refletia questões históricas do país, onde o racismo sempre existiu, e os problemas atuais como o genocídio da juventude negra patrocinado pelo Estado e protagonizado pelas PMs.



Mural feito por alunos do CED 01 da Estrutural, para o Dia da Consciência Negra

Incomodado, o tenente Araújo, diretor disciplinar da escola (militarizada pelo governador Ibaneis do MDB) pediu para retirar os painéis alegando que os trabalhos dos estudantes difamavam a corporação. "Eu

respondi que não ia tirar, que a escola não vai censurar o trabalho de alunos" disse a vice-diretora Luciana Pain. A Secretaria de Educação considerou "preocupante a imagem das Forças de Segurança associada ao racismo". Mas, há alguma mentira nos cartazes dos estudantes? Se olharmos os dados não. O Atlas da Violência 2021 (Ipea e Fórum de Segurança) mostra que 77% das vítimas de homicídios no Brasil são negras, a maioria entre 15 e 29 anos. 70% dos casos por armas de fogo, grande parte cometidos pelo braço armado do Estado, como a Polícia Militar.

A comunidade escolar realizou

um ato na escola pela liberdade de expressão e de cátedra. Afinal, escola é o local para se refletir acerca da realidade do país. O caso ajuda a revelar como o projeto de militarização de escolas, defendido por Bolsonaro e alguns governadores, é uma ameaça à qualidade do ensino e aprendizagem. Lugar de PM é no quartel! As escolas públicas precisam é de mais verbas, merendas, concursos e passe livre, sobretudo agora na volta presencial.

O mural dos estudantes da Estrutural foi papo reto e meteu o dedo na ferida.

Katrina

5º Congresso da Juventude do PT

Às vésperas da etapa nacional, quais lições tirar do processo?

De 13 a 19 de dezembro ocorrerá a etapa nacional do 5º Congresso da Juventude do PT, onde será eleita uma nova direção. Com a maioria dos estados tendo realizado as etapas estaduais, mesmo que ainda não se tenham as informações finais, é possível dizer que não se viu um processo de mobilização e debate político como deveria.

Convocado no final de 2019, adiado devido à pandemia e iniciado em agosto deste ano, logo após as grandes manifestações com forte presença de jovens, as etapas municipais

e estaduais ocorreram em sua maioria virtual e, em geral, com baixa participação.

Em quatro meses de congresso, deveria ter tido uma verdadeira reflexão sobre as mobilizações que retomaram as ruas para ajudar na organização e resistência para derrubar o governo Bolsonaro. Mas, ao contrário disso, vários dirigentes defendiam o "fique em casa". O que se viu foi um congresso fechado em si, algo mais interno do que externo e que perdeu a oportunidade de contribuir, efetivamente, para a luta necessária

do país.

A Juventude Revolução do PT, que defendeu a realização presencial, apresentou sua contribuição intitulada "O que está em jogo no 5º Congresso da Juventude do PT" onde dizia: "Não podemos esperar até outubro de 2022 para dar fim a este governo, pois quanto mais tempo fica, mais aumenta a fome, miséria e a violência. É preciso mais do que nunca responder com luta nas ruas! A tarefa que está colocada para a JPT é organizar os jovens de norte a sul para a derrubada deste governo".

Essa tarefa é atual frente à ameaça aos direitos na volta às aulas presenciais, à enorme evasão escolar, à precarização do trabalho e à violência policial, principalmente contra a juventude negra, frente à destruição que o capitalismo e seus governos querem impor.

Caberia à etapa nacional do congresso assumir a tarefa de organizar com autonomia os jovens petistas para a retomada das lutas nas ruas em 2022 ao lado do povo trabalhador. A JR do PT se propõe a seguir esta luta.

Jeffei

2022: os desafios que nos chamam à luta

O conluio entre as instituições permitiu que o atual governo sobrevivesse colocando em risco a sobrevivência do país e do seu povo trabalhador.

Que no ano que se inicia, o tradicional “feliz ano novo” sempre dito, se transforme em realidade. Para isso é preciso enfrentar os desafios.

Para quem passa fome, está desempregado, está sem escola, não dá para simplesmente dizer: esperemos as urnas.

Até para preparar as urnas, deve ser organizada a luta pelas questões mais prementes como cobrar dos poderes públicos cestas básicas e um auxílio emergencial de R\$600,00 (o atual será corroído pela inflação).

Organizar a luta dos trabalhadores cujos salários se achatam e os direitos são atacados pelos patrões que, aproveitando-se da pandemia, esfolam a classe trabalhadora.

Lutar contra todos os ataques do governo, como a proposta de uma reforma trabalhista, recém anunciada, que pretende aprofundar ainda mais o que já foi feito na reforma de Temer.

Depois de beneficiar os patrões com a desoneração da folha de pagamento, este Congresso não terá dúvida de que lado estará diante do avanço da ofensiva do governo. Como não teve dúvida em acobertar todos os crimes do presidente, que não sofreu incômodo algum com os mais de 100 pedidos

de impeachment. E como lhe foi permitido sobreviver até aqui, graças à benevolência das instituições diante de seus crimes, Bolsonaro não vai parar. No ano que se inicia, nossos desafios são maiores que os do ano que se finda.

Mas, para enfrentá-los é preciso que a classe trabalhadora tenha à sua disposição os meios que se deram para lutar. Sua organização sindical, principalmente a CUT, e seu Partido, dos Trabalhadores.

A CUT, para cumprir seu papel, não pode

PRESERVAR AS ORGANIZAÇÕES CONSTRUÍDAS PARA LUTAR

seguir atrelada a um fórum de centrais que o que mais faz é buscar consenso com os patrões (ver pág.6).

E o PT, único partido que pode conduzir a luta por um novo governo, com Lula, para livrar o país de tudo que lhe foi imposto desde o golpe de 2016 e avançar em novas conquistas, não pode se apresentar misturando alhos com bugalhos, em parceria com promotores do golpe e defensores das políticas de Bolsonaro que desmantelam o país e as condições de vida da classe trabalhadora,

como o ex-governador de São Paulo pelo PSDB, Geraldo Alckmin.

O PT, principalmente, não pode vestir a camisa de força, amarrada por um partido que, no conjunto, nenhuma relação guarda com nossa razão de ser e lutar nestas últimas quatro décadas. Estamos falando da Federação Partidária, proposta pelo PSB, a qual setores do partido apresentam como um caminho para reforçar nossa luta. É o contrário! Amarra o PT a um partido que de socialista não tem nada, além do nome, e enfraquece a luta. Por isso com o Diálogo e Ação Petista terminamos o ano, e começaremos o próximo, em defesa do PT com a campanha: “Não à Federação com o PSB” (ver pág. 4).

Em 2022, quando se comemorará os 200 anos da “independência que ainda não veio” (tema do Calendário de O Trabalho na nossa campanha financeira, à qual pedimos apoio), devem ser pautadas as questões para realmente conquistarmos nossa independência. O que passa por reformar as instituições que, a serviço do capital financeiro, permitiram a sobrevivência deste execrável governo.

O DAP, por ocasião dos 41 anos do PT em fevereiro, está organizando um debate presencial sobre a crise das instituições e a Assembleia Constituinte Soberana.

São ações para ajudar a tornar realidade o desejo de feliz ano novo!

NOTAS

Endividamento das famílias brasileiras é recorde

Cerca de 2 em cada 3 famílias no Brasil estão endividadadas. É o que revela a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. É um recorde: são 75,6% das famílias brasileiras com dívidas em novembro.

26,1% dos lares no Brasil estão com as dívidas em atraso e 10,1% disseram que não têm dinheiro para pagá-las. A maior parte deve no cartão de crédito, 85,2%. 20,9% devem também com carnês de lojas e 12,6% com o financiamento do carro. Pior, quase 1 em cada 10 famílias estão com dívidas do financiamento da casa própria. A pesquisa mostrou também que das famílias endividadadas 36,2% devem fazer mais de um ano.

Fome em São Paulo

Na Unidade Básica de Saúde do Jardim Três Corações, zona sul de São Paulo, Felipe Santos desmaiou enquanto esperava atendimento. Socorrido por funcionários da unidade, revelou que há mais de um dia não comia. Ele desmaiou de fome. Em outra UBS, dessa vez a do Jardim Campinas, uma médica contou que, em um atendimento em

julho, recebeu uma mulher grávida que passava mal. Foi ao posto pedir comida, revelou um jornal.

Levantamento da secretaria-executiva municipal de Atenção Básica, mostra que casos parecidos foram relatados em outras unidades de saúde na capital paulista nos bairros São Mateus, Guaianazes, Itaim Paulista, Grajaú, Parelheiros, Pirituba, Perus e outros.

Fome no Nordeste

Na cidade de Senador Elói de Souza, no Rio Grande do Norte, a prefeitura declarou estado de calamidade pública pela seca. Pequenos agricultores relatam uma situação extrema.

Sem chuvas, a agricultura não progrediu esse ano e muitos passam fome. Segundo a Agência Nacional de Águas, o Rio Grande do Norte é o estado no Nordeste que mais sofre com a seca este ano.

O governo estadual estima em 370 mil o número de famílias na extrema pobreza, maior número para o estado em mais de 10 anos. Um morador do interior do estado afirmou a um jornal “R\$ 170,00 não dá para nada”, ao se referir ao auxílio pago atualmente pelo governo Bolsonaro.

Memória

ATO INTERNACIONALISTA DE SOLIDARIEDADE

Setecentos trabalhadores e jovens responderam ao apelo dos jornais O Trabalho, O Trabalhador e da Convergência Socialista, participando do Ato de Solidariedade Internacional, contra a repressão aos 14 militantes trotskistas iranianos do HKS (12 dos quais condenados à morte pelo aiatolá Khomeini), e pela libertação dos trotskistas e sindicalistas presos na Nicarágua e em El Salvador. (...) Com ele se retoma no Brasil uma tradição do movimento operário mundial: combater pela defesa dos militantes golpeados em todo o mundo (...). No final do ato, os setecentos trabalhadores e jovens reafirmaram mais uma vez seu caráter internacionalista, ao cantar o hino dos trabalhadores: a Internacional.

O Trabalho nº 42 - 11/12/1979

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, e ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br
Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho



Porque somos contra a Federação com o P “S” B

“A federação atuará como se fosse uma única agremiação partidária” - lei nº 14.208 de 28/09/21

*Na geleia geral brasileira
Pindorama, país do futuro
Ê bumba-iê-iê boi
Ano que vem, mês que foi
Ê bumba-iê-iê-iê
É a mesma dança, meu boi
É a mesma dança na sala
(No Canecão), na TV
E quem não dança, não fala
Assiste a tudo e se cala
Gilberto Gil e Torquato Neto, 1968*



Alinhamentos iniciais

Na Comissão Executiva Nacional do dia 22, dos que falaram, vários queriam compreender. Os alinhamentos iniciais dentro da maioria, descolavam a boa parte de eufóricos parlamentares, da boa parte dos secretários da estrutura partidária. Era a favor a DS, e contra a AE e o DAP. Nova CEN foi marcada dia 10 e um Diretório Nacional dia 16.

A Federação é uma questão de futuro para o PT, não é uma mera questão de distribuição das sobras das cadeiras parlamentares para as legendas. Afinal, ninguém sai de um casamento de 4 anos como entrou, se é que sai. Certo, a autonomia dos partidos é cláusula pétrea da Constituição, são autônomos dentro da

federação, mas se saem dela antes de 4 anos, perdem o fundo partidário e o direito de coligação. Por outro lado, a legislação prevê a fusão partidária, que poderia vir após 4 anos, pois, mais ou menos abertamente, há quem no PT não veja outro futuro.

Mas na Federação, o PSB põe o PT no bolso em vários Estados, e o PCdoB, além de salvar os seus móveis do incêndio, vai “negociar” alguns quartos da casa comum com os métodos próprios. Nesse sentido, a boa parte dos secretários parece mais realista frente ao futuro, ao contrário dos cegos pela “governabilidade de Lula” ou pela quimera da “frente de esquerda”... com a direita e os bolsonaristas do PSB.

Pela continuidade do PT

Nós somos pela continuidade do PT, contra, portanto, seu enquadramento na camisa-de-força da federação. Sim, somos por uma frente antiimperialista, mais ampla que a “esquerda”, mas com conteúdo programático de soberania, que uma dita esquerda – Beto Albuquerque (RS), Marcio França (SP), Julio Delgado (MG) e outros - da “geleia geral

brasileira” não têm.

Sim, uma frente – não federação - é necessária na luta por uma Assembleia Constituinte Soberana que reconstrua o que foi destruído e ordene as reformas estruturais que não foram feitas, em um novo governo encabeçado por Lula. Nessa caminhada, a aliança eleitoral – não federação - é com o PSOL e o PCdoB, mais os setores antiimperialistas do PDT, do PSB e outros.

Por fim, contrários ao bonapartismo bolsonarista, não apoiamos o bonapartismo do judiciário sobreposto aos demais poderes, desde o “mensalão”. Quem conduz com urgência a regulamentação da federação – competência do Congresso Nacional - é o presidente do TSE, Luis Roberto Barroso, o mesmo da Lavajato e do Semipresidencialismo contra Lula.

As instituições estão em frangalhos, o sistema está podre. Mas só o povo salva o povo. Contra a extrapolção do sr. Barroso com consultas às cúpulas partidárias, somos pela consulta ao povo numa Assembleia Constituinte Soberana.

Por isso, o povo precisa do PT e o DAP está em campanha, confira no link: <https://bit.ly/EmDefesaDoPT>

Markus Sokol

“Na geleia geral brasileira”
O Partido Progressista é a reação, o Partido da Social Democracia Brasileira é a direita, e o Partido Socialista Brasileiro é o centro (dominado pela direita com uma pequena ala esquerda).

Pois o PT arrisca entrar na “geleia” ao formar uma Federação Partidária com o PSB e o PCdoB, uma nova “agremiação partidária” com programa, estatuto, direção e finanças, por um mínimo de 4 anos (ver OT 893), dos senadores aos vereadores.

Nós não vamos nos “calar”. Não viemos até aqui por 41 anos para isso, os trabalhadores não merecem.

Veio da bancada a discussão atropelada pelo prazo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até março para valer nas eleições: “ano que vem, mês que foi”!

É ruim, hein?

Zum, zum, zum de Alckmin como vice estarrece a militância

Não há uma decisão de instância sobre a candidatura à vice-presidência. Sobre isto, nem mesmo uma discussão foi aberta na direção. Mas, os militantes e as instâncias partidárias tomam conhecimento, pela imprensa, de articulações sobre a vice-presidência, no caso, com Geraldo Alckmin.

Em declarações de dirigentes entre aspas, não desmentidas, e artigos escritos de próprio punho, tentam transformar Alckmin, ainda filiado ao PSDB (não se sabe se vai para o PSB ou PSD, de Kassab com Pacheco presidente), no que ele nunca foi. E não é!

O presidente do PSDB, Bruno Araújo, torce para que Alckmin “não utilize seu nome para limpar a história do PT”. Mas o que estamos vendo nas nossas hostes é gente tentando limpar a cara e a história de Geraldo Alckmin.

Nossos leitores, os militantes

petistas e os eleitores do PT bem o conhecem. Não só em São Paulo, estado que governou por dois mandatos, mas em todo Brasil. E não consta no figurino deste novo Alckmin que estão tentando criar, uma ruptura com a política do PSDB. Privatista, anti direitos trabalhistas, anti soberania nacional, enfim, anti povo trabalhador. Aliás, a política que levou o PSDB, e Alckmin, a fazerem parte do golpe contra Dilma em 2016 e contra Lula e o PT.

Ainda que saia do PSDB, em função de brigas entre facções do partido, e vá para o PSB, partido que abriga posições semelhantes às do PSDB e até bolsonaristas, a coisa não muda de figurino e não muda a figura.

O PSB, que tomou a iniciativa de propor a Federação com o PT (ver acima), faz esforço para atrair Alckmin e coloca na cesta de negociação outras frutas podres. Por

exemplo a exigência de que o PT de São Paulo não tenha candidato ao governo do estado e apoie seu candidato Marcio França, que aliás foi vice-governador de Alckmin. Entre eles, todos se sentem em casa!

Enfraquece o PT e Lula

Ter Alckmin como vice seria ir em sentido contrário do que deve ser feito para que o PT, com Lula, volte a governar o país para reconstruí-lo e transformá-lo.

Lula tem declarado que se voltar ao governo ele quer fazer mais do que fez nos dois mandatos anteriores em favor do povo pobre. E isso passa por desfazer toda a política maléfica, desenvolvida desde o golpe de 2016. Reforma Trabalhista, da Previdência, o teto de gastos, diga-se todas com o apoio do PSDB e boa parte da bancada do PSB.

Por falar em vice, lembremo-nos que antes de arquitetar o golpe,

Temer colocou o pé na porta quando, diante das mobilizações de 2013, Dilma apresentou a proposta da Constituinte Exclusiva para reforma política.

Alguém pode esperar que com um vice como Alckmin, cuja cartilha é antagônica aos interesses populares, será diferente quando num eventual governo liderado pelo PT, forem tomadas medidas de fundo que permitam reconstruir e transformar o país?

O zum, zum, zum já está estarrecendo os petistas. Imagina se vira fato! Será ruim pra chuchu. Pois desnorteia e enfraquece a militância, cuja garra, na luta ao lado do povo, foi a principal fonte de resistência que o partido pôde contar para sobreviver às metralhadoras giratórias de que o PT foi alvo, uma das quais empunhadas por Alckmin.

Misa Boito



EM DEFESA DO PT, NÃO À FEDERAÇÃO!

DAP faz campanha contra a Federação com o PSB

Comitê Nacional do DAP, reunido no dia 30 de novembro, decidiu iniciar uma campanha relâmpago contra a proposta de inclusão do PT numa federação partidária junto com o PSB, além do PCdoB, PV e outras siglas. A imprensa se justifica: o Diretório Nacional do PT terá reunião no dia 16 de dezembro e poderá decidir sobre a proposta, sem que o partido tenha tido oportunidade de discuti-la.

As razões para ser contra essa federação estão explicitadas no Comunicado do DAP, que publicamos abaixo. O DAP propõe aos militantes, instâncias, parlamentares e coletivos que enviem moções ao Diretório Nacional. Não há tempo a perder, é a sobrevivência do PT que está em jogo!

Roberto Salomão

Alerta!

Não à Federação do PT com o PSB!

A Executiva Nacional do PT encaminhou uma proposta do PSB de formação de uma federação partidária englobando o PCdoB e outros partidos, em “consultas” com o TSE. A proposta está sendo defendida na imprensa por parlamentares do PT.

O Comitê Nacional do DAP, reunido em 30 de novembro, adotou posição frontalmente contrária à entrada do



PT nessa federação. A lei adotada, em setembro, vincula os partidos componentes da “agremiação partidária” por um mínimo de 4 anos, desde os senadores e deputados federais, até os deputados estaduais e vereadores. A penalidade para quem sair da “agremiação” é a perda do Fundo Partidário e do tempo de rádio e TV por 8 anos. Luis Barroso, o presidente lavajatista do TSE, quer regulamentar até março (prazo máximo para esta eleição), a federação com estatuto, programa, direção e finanças.

O que vai ser do partido daqui a quatro anos?

O entusiasmo de membros da cúpula do PT com a proposta – é a “governabilidade de Lula presidente”

ou é a “frente de esquerda” – é totalmente irresponsável com a base do partido que não será consultada. A ameaça concreta dessa federação é de aprisionar o PT numa camisa-de-força.

Sim, o sistema político do país está podre. Sob Bolsonaro, após 5 anos de “estado de exceção”, as instituições estão em frangalhos. Somos a favor de uma profunda reforma política, mas com consulta ao povo. Da nossa parte, defendemos uma Assembleia Constituinte Soberana e um novo governo com Lula presidente. Mas não concordamos que o TSE extrapole seu mandato e atropelo o Congresso Nacional em “consultas” a cúpulas partidárias.

E, principalmente, somos contrários a que o PT embarque nessa aventura de federação com o PSB de Beto Albuquerque (RS), Marcio França (SP) e Júlio Delgado (MG), com ou sem o famigerado ex-governador Alckmin (SP), como aventa a imprensa! Alckmin, que alguns do PT querem como vice de Lula, o candidato a ser um novo Temer!

“Lula saiu da cadeia anti-imperialista” (Fernando de Moraes). Pois, justamente, somos a favor de uma frente com programa anti-imperialista com o PSOL, o PCdoB e os setores

democráticos e populares do PSB, PDT e outros. Para reconstruir o que foi destruído e fazer as reformas que não foram feitas.

A discussão está aberta. Todos os filiados – diretórios, setoriais, parlamentares, quadros e dirigentes – devem se pronunciar antes que seja tarde. A CEN se reúne dia 10 e o DN dia 16.

Em defesa do PT, não à Federação com o PSB!

**02 de dezembro de 2021.
Comitê Nacional do DAP**

EM CAMPANHA, MOÇÕES AO DN

A grande maioria das instâncias partidárias e da militância não estão informadas sobre a Lei 14.208 da Federação Partidária e suas consequências. Avaliando que estas consequências ameaçam o presente e o futuro do PT o DAP abre a discussão com toda a militância. Vamos discutir e nos posicionar.

Envie seu posicionamento pelo link:
<https://bit.ly/NãoAFederação>

Whatsapp da campanha:
<https://wa.me/5511970678922>

DAP EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES

No dia 4 de dezembro foi realizada mais uma plenária de docentes petistas promovida pelo grupo nacional de docentes do DAP. Com a participação de mais de 50 docentes, a atividade foi aberta com uma rodada de informes das quinze reuniões, encontros e debates estaduais já realizados (AC, AM, CE, PE, SE/AL, MG, MT, SP, ES, PR, AM, SC, PB, BA) em que mais de 100 colegas participaram.

A discussão política revelou que o Plano de Emergência em Defesa das Universidades – documento elaborado por uma comissão - foi e é um real ponto de apoio para aprofundar e desenvolver respostas e posições concretas para a defesa das universidades e da ciência, contra o ensino remoto/híbrido. Entre os temas, foram relatados a questão do ensino remoto/híbrido, os direitos dos docentes nas instituições privadas que estão ameaçados, a imposição da nova base nacional curricular comum com suas consequências e a necessária conexão do ensino superior com o

básico, a preparação do próximo congresso do Andes (28 de março a 2 de abril de 2022); a discussão sobre as eleições em 2022 e o tema de uma nova Constituinte. Em destaque, a importância de uma plataforma para defesa da universidade pública, da ciência e dos docentes durante a campanha eleitoral de 2022.

Foram abordados, ainda, a concepção de universidade e do foco na classe trabalhadora e a luta para barrar a PEC 32 da reforma administrativa entre outros ataques do governo Bolsonaro. O centro das preocupações é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e sua expansão nos próximos anos.

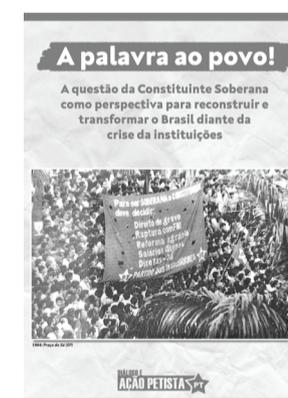
Novos grupos de docentes do DAP

Foi ainda destacada a importância de seguirmos consolidando novos grupos de docentes universitários petistas do DAP nos estados, fortalecer os instrumentos de contatos e informação do DAP, as possibilidades

com as reuniões e debates em torno do Plano de Emergência e atividades locais que desdobrem as propostas e reivindicações já apontadas no documento. Uma comissão de redação ficou encarregada de atualizar o Plano com emendas e sugestões vindas dos estados e preparar uma proposta de publicação com relatos, diagnósticos e propostas em torno das pautas debatidas.

Novas reuniões devem ainda ocorrer em 2021 (Goiás, Rondônia, Rio de Janeiro e Maranhão). Para janeiro de 2022 estão programadas atividades focadas no tema central e na luta contra o ensino híbrido, que vem se alastrando pelas universidades. Para fevereiro foi proposto o tema da Constituinte como indicativo para uma nova rodada de debates. Por fim, foi decidido reforçar uma coordenação nacional com indicação de representantes dos estados para reforçar as iniciativas decididas coletivamente.

Everaldo Andrade



DEBATES SOBRE A CONSTITUINTE

O ciclo de debates sobre a Constituinte Soberana, promovido pelos grupos de base do DAP, prosseguirá no próximo ano. O Comitê Nacional do DAP decidiu realizar um debate nacional presencial no início de fevereiro, por ocasião das atividades comemorativas dos 41 anos do PT, em São Paulo.

O debate terá transmissão para os que não puderem estar presentes.

Novo ataque aos trabalhadores

Não à proposta de reforma trabalhista e sindical de Bolsonaro contra os direitos!



negação de vínculo empregatício aos trabalhadores de aplicativo, que não teriam qualquer direito trabalhista, como se eles não sofressem uma relação de subordinação a quem os emprega.

Escancarando o seu caráter patronal, a proposta pretende legalizar o locaute – interrupção do trabalho por parte da empresa – o que é considerado ação anti-sindical e ilegal na maioria dos países do mundo e pela OIT. O capitalista, para chantagear os seus empregados ou o

centrais sindicais – Força, UGT, CTB, CST (ex-Nova Central), CSB e CUT – que emitiram nota (26/10) apoiando a desoneração na folha de pagamento em 17 setores da economia, numa explícita parceria com os patrões (ver Box), soltaram, em 6 de dezembro, nota intitulada: “Repudiamos a nova proposta indecente do governo”.

É claro que ela tem que ser repudiada, mas é preciso, sobretudo, mobilizar todas as bases sindicais para barrar em bloco esse ataque, sem “negociar o mal menor”, seguindo o exemplo das entidades de servidores em luta contra a PEC

32 (ver pág. 7).

A nota, contudo, prefere citar exemplos duvidosos de governos de outros países (EUA, Alemanha, Reino Unido, China) e insistir em frases tais como: “direitos trabalhistas garantem maior segurança tanto ao empregado quanto ao empregador”; “ajustes sociais que visam minimizar as desigualdades”; “freios e contrapesos para que o sistema econômico seja mais justo”. Faltou combinar com a classe inimiga, o empresariado, que é a única beneficiada pelo pacote bolsonarista.

Julio Turra

Em 29 de novembro foi apresentada, no Conselho Nacional do Trabalho, uma proposta de reforma trabalhista e sindical. Não surpreende, tratando-se do governo Bolsonaro, que ela tente aprofundar os ataques da “reforma” feita no governo Temer em 2017.

Preparadas pelo Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET), composto por técnicos, juristas e economistas adoradores do “deus mercado”, as suas “sugestões” dirigidas ao Ministério do Trabalho e Previdência alteram para pior mais de 330 leis e artigos da CLT.

Dentre elas destacamos: autorização de trabalho aos domingos através de acordos individuais, com folga dominical só após 7 semanas;

nos transportes, quando se quer aumentar tarifas – poderia “parar” a empresa e isso seria legal.

Para enfeitar esse bolo podre, se fala em “promover liberdade sindical” e “fortalecer a negociação”, na verdade para favorecer o sindicato por empresa, mais vulnerável à pressão patronal, e restringir a ação da Justiça do Trabalho.

“Deixem que a lei da selva do mercado resolva tudo”, é o que querem nos impor. Não é à toa que empresários aplaudiram Bolsonaro quando, em recente reunião (7/12), ele disse “dever favores a eles”. Como se vê, a troca de favores continua.

Reação do Fórum das Centrais

Presidentes das mesmas seis

NÃO À PARCERIA COM PATRÕES VIA FÓRUM DAS CENTRAIS

A “Carta Aberta ao Movimento Sindical Cutista” de 44 delegadas e delegados à 16ª PLENCUT (ver OT 893) repercute em sindicatos filiados. A reunião da Direção Nacional da CUT prevista para 15 e 16/12 foi substituída por uma Executiva ampliada com presidentes de estaduais e ramos no dia 15, a qual receberá as primeiras reações sobre o tema da desoneração de empresas.

Dentre elas, a da diretoria do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que diz em sua carta: “Como representantes de um segmento profissional de empresas beneficiárias da desoneração da folha de pagamento, temos uma posição consolidada, há vários anos, contra essa medida. (...) É um ataque à sustentabilidade do sistema previdenciário e à aposentadoria no Brasil e não há qualquer indício de que a medida traga algum benefício à classe trabalhadora em termos de emprego”.

Também a direção do Sintrasm (municipais de Florianópolis), enviou ofício afirmando seu “desacordo com essa subordinação a acordos de cúpula com outras centrais, nesse caso também em consenso com os patrões de 17 setores da economia e contra a luta por mais e melhores serviços públicos, que deve ser a de toda a CUT”. Seguiremos registrando posições sobre essa questão.

Greve na Cemig: “esse trem é nosso”

A luta é contra a privatização da estatal mineira

Os trabalhadores da estatal Cemig (energia elétrica) entraram em greve há duas semanas, em luta pela renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), reajuste pela inflação (INPC) e garantia de direitos, bem como contra a privatização da empresa, intenção declarada do governador Zema desde sua posse.

Organizados no Sindieleto-MG e outros sindicatos, os eletricitários enfrentam a intransigência do governo e da direção da empresa. Depois da entrega da pauta de 34 itens, a direção da Cemig enviou uma contraproposta com índice de 11,2% (inflação), mas retirando direitos inscritos nos ACTs anteriores, como transporte coletivo, plano de saúde e diminuindo a liberação sindical.



Trabalhadores da Cemig em luta por direitos e em defesa da empresa

Para Emersom Andrada, coordenador do Sindieleto: “A gestão Zema pretende colocar 100% da empresa a serviço do capital e seu primeiro objetivo não é fazer com que a Cemig produza energia, mas dinheiro para o capital financeiro”.

Piquetes em todo o estado

A Cemig é espalhada em todo o estado com cerca de 8 mil trabalhadores. O que exige dos sindicatos

piquetes diários para garantir a greve e a mobilização junto à população buscando e obtendo apoio à sua luta.

Uma ação conjunta de movimentos populares e sindicatos ocupou a sede da Cemig em BH por um dia, sendo encerrada ao arrancar um calendário de negociação. Ao sair da sede da Cemig, os mani-

festantes montaram um acampamento e, em 2 de dezembro, foram até a Assembleia Legislativa (ALMG), onde uma CPI investiga denúncias de desmonte e corrupção na Cemig. Lá foram recebidos pelo deputado estadual Betão (PT) que declarou: “A CPI mostrou a ampla terceirização na empresa, mas Zema precisa que a privatização passe pela ALMG e depois por referendo popular. Só os trabalhadores organizados vão parar

esse processo que o governo persegue há três anos”.

A greve continua como também a campanha do Sindieleto “Cemig: esse trem é nosso”.

Correspondente

OUTRAS GREVES E MOBILIZAÇÕES EM MINAS

Não é só na Cemig. Os servidores estaduais do Meio Ambiente, organizados no Sindsema, também estão em greve pelo plano de carreira e o cumprimento de acordos feitos na gestão anterior de Fernando Pimentel (PT).

Os trabalhadores de outra estatal mineira, a Copasa (saneamento), rejeitaram em assembleia lotada em 7 de dezembro, proposta do governo com reajuste abaixo da inflação e sem garantia de estabilidade no emprego. A chapa está esquentando.

PEC 32: não vamos baixar a guarda

Até aqui impedimos a votação, podemos impor uma derrota a Bolsonaro

A luta dos servidores públicos, forjada na reivindicação unitária das três esferas (municipal, estadual e federal) de retirada da PEC 32, da reforma administrativa de Bolsonaro, está próxima de uma vitória. Faltam poucos dias para o recesso legislativo (22/12) e o governo dá mostras de que não reuniu os 308 votos necessários para votar o projeto no plenária da Câmara dos Deputados. Deu resultado a orientação política expressa na palavra de ordem “não tem emenda, não tem arrego, se votar a PEC acabou o seu sossego”.

Em entrevista ao site Poder 360, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse que a reforma administrativa “provavelmente” irá ficar para depois das eleições de 2022. Já o relator da PEC, deputado Arthur Maia (DEM-BA), falando ao Estadão Broadcast, afirmou que o momento não é propício: “Toda reforma, por mexer em estruturas,

tem resistências. Na medida em que vai se aproximando da eleição, temas como esse são mais difíceis de tramitar na Câmara. Hoje, vejo pouca chance de a reforma administrativa caminhar durante o atual governo”.

Grades no plenário não arrefecem a pressão

Semana após semana, ao embarcar nos aeroportos de seus estados e na chegada a Brasília os deputados são recepcionados com servidores reivindicando o voto contra a PEC 32. Ao mesmo tempo, outdoors e atos pelo Brasil afora mostram que a campanha mobiliza setores importantes da categoria.

A manutenção por mais de 13 semanas da vigília no Anexo II da Câmara incomodou tanto Arthur Lira (PP/AL) que ele ordenou a instalação de grades para obrigar os servidores a ficarem embaixo do sol e da chuva. Ninguém arredou pé, a mobilização

prosseguiu, as grades serviram apenas para mostrar a face autoritária do Presidente da Câmara.

Liberação do orçamento secreto é ameaça de fim de ano

Embora as notícias permitam acreditar que é possível vencer a batalha de 2021, ainda pairam ameaças. Após movimentos dos presidentes da Câmara e do Senado, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber decidiu liberar o pagamento das emendas “de relator”, justamente as emendas do orçamento secreto que são usadas para comprar parlamentares. No caso da reforma administrativa a oferta do governo é de R\$ 20 milhões por voto, totalizando mais de R\$ 6 bi para tentar garantir



Em Recife manifestação em 8 de dezembro contra a PEC 32

o placar necessário.

Assim, é preciso manter a mobilização até a última sessão legislativa do ano. Se o calendário não foi argumento para Bolsonaro suspender os ataques aos trabalhadores do setor privado, não será diferente em sua ofensiva contra os servidores públicos. Podemos conquistar uma vitória que, parcial, fortalece a luta pelo fim desse governo, o quanto antes.

Marcelo Carlini

Trabalhadores da EBC em greve

Proposta da empresa é rejeitada e movimento é mantido

Os trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) rejeitaram a proposta de acordo coletivo de trabalho (ACT) apresentada pela empresa em assembleia nacional realizada no último dia 6. O texto foi derrotado por 343 votos a 137. A assembleia foi marcada por tentativa de interferência da direção da empresa e tumulto em Brasília.

As negociações se arrastam há mais de um ano. A demora se dá pela postura da direção da empresa na mesa de negociação que, orientada pela política de Bolsonaro, tenta impor perdas de direitos aos trabalhadores.

No final de 2020, a EBC pediu

mediação do Tribunal Superior do Trabalho. Durante as tratativas – percebendo que não conseguiria tirar direitos – a direção da empresa, composta majoritariamente por militares reformados, abandonou as negociações.

Não cumpre acordo e persegue sindicalistas

A empresa decidiu, de forma truculenta, parar de seguir o acordo coletivo em 12 de novembro. O impacto atingiu os trabalhadores com menores salários e os mais vulneráveis. A direção atacou ainda as lideranças sindicais com a cassação



Asssembleia do pessoal da EBC em SP no dia 6 de dezembro

das liberações remuneradas. Até cláusulas de auxílio a pessoas com deficiência deixaram de ser cumpridas.

Com isso, os trabalhadores entraram em greve por tempo indeterminado a partir da zero hora de 26 de novembro, o que forçou a empresa a enviar nova proposta. O texto

apresentado impõe um banco de horas sem regulamentação, retira progressão de carreira, não retroage a data-base e não reajusta as demais cláusulas econômicas.

Na assembleia do dia 6, a empresa, em manobra desesperada, colocou veículos para levar os empregados alinhados à direção para a votação, o que causou tumulto em Brasília. Não deu certo. Os trabalhadores permaneceram em greve, reafirmando sua posição na luta pela manutenção do acordo coletivo na integralidade contra a política de desmonte e retirada de direitos de Bolsonaro.

Eduardo Viné Boldt

Petroleiros em defesa da RLAM

Categoria se mobiliza contra o desmonte da Petrobrás

Petroleiros de vários estados participaram no último dia 3/12 de ato em frente à Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, com mobilização simultânea em várias refinarias do país. Foi um protesto contra a privatização da unidade, entregue pela metade do preço, junto com terminais e outros ativos de logística da Petrobrás no estado.

O ato, que contou com a participação da CUT, foi organizado conjuntamente pela FUP (Federação Única dos Petroleiros) e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria

da Construção Civil, Montagem e Manutenção (SITICCAN), que representa os trabalhadores terceirizados que atuam na refinaria.

A FUP também aprovou calendário de ações contra as privatizações, que inclui assembleias para avaliar o indicativo de Estado de Greve Nacional, caso o governo Bolsonaro leve adiante a ameaça de apresentação de um Projeto de Lei para privatização integral da Petrobrás.

Venda a preço de banana

Avaliada entre US\$ 3 e US\$ 4

bilhões, a RLAM foi vendida por US\$ 1,8 bilhão para o fundo de investimentos dos Emirados Árabes, Mubadala.

O fundo árabe criou a empresa Acelan, que ficará responsável pela administração da refinaria baiana. Junto com a refinaria, a Petrobrás entrega de brinde 669 quilômetros de oleodutos, que ligam a refinaria ao Complexo Petroquímico de Camaçari e ao Terminal de Madre de Deus, que também estão sendo vendidos no pacote, que inclui ainda outros três terminais da Bahia:

Candeias, Jequié e Itabuna.

A FUP também denunciou o que considera autossabotagem feita pela atual gestão da Petrobrás, para justificar a venda da RLAM.

Ao reduzir consideravelmente a capacidade da refinaria, força o Brasil a importar gasolina, diesel e GLP, que poderiam ser produzidos no país. E também a adoção do PPI – Preço de Paridade de Importação – que leva os preços dos derivados de petróleo às alturas.

Tiago Maciel

A cada 3 gestantes e puérperas que morrem, 2 são negras

Dados revelam a terrível situação das mulheres negras no país

77% das mortes maternas por covid-19, até maio de 2021, foram de mulheres negras - em um país que respondia, sozinho, por 75% das mortes maternas pela doença no mundo à época.

Quando se considera os números gerais sobre mortes de grávidas e puérperas (a mãe que se encontra no período pós-parto), considerando-se todas as causas e não só a Covid, as negras são 66% das mães que morrem. Os dados foram sistematizados e divulgados pela ONG Criola, a partir de informações do Ministério da Saúde (MS), do Observatório Obstétrico Brasileiro de Covid-19 e de outras fontes.

A entidade organizadora do estudo avalia que as dificuldades de acesso ao acompanhamento médico pré-natal de qualidade, que já apresentava alguns obstáculos para setores mais vulneráveis da população, se agravaram durante a pandemia, "tendo em vista que diversos serviços foram suspensos e maternidades se transformaram em atendimento para Covid-19. A desastrosa condução da crise sanitária que atravessamos é responsável por milhares de mortes evitáveis. Além do sucateamento ao qual os serviços públicos foram submetidos com mais intensidade nesse período, o agravamento da precariedade das condições de vida, incluindo o aprofundamento da fome e do desemprego e a insuficiência do auxílio emergencial, compromete a saúde materna dessas mulheres."

Também há indícios de que as mulheres pretas e pardas sofrem mais - e já sofriam muito antes da pandemia - com a violência obstétrica (condutas que desrespeitam e agredem a mãe), que passam por menor atenção durante as consultas pré-natais, menos orientações sobre o trabalho de parto e possíveis complicações, e menos acesso a procedimentos para aliviar a dor, farmacológicos ou não. Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostrou, por exemplo, que as medições de altura uterina, do tamanho da barriga e do tempo da gestação, e até a pressão arterial são menos aferidas.

Pesquisadoras da Fiocruz afirmam já terem ouvido em maternidades frases como "mulheres pretas têm quadris mais largos e, por isso, são parideiras por excelência" e "negras são fortes e mais resistentes à dor". A pesquisa mostrou ainda que o tratamento diferenciado ocorre tanto em hospitais e maternidades públicos



Divulgação

como privados.

Falta de investimentos na Rede Cegonha

Uma das questões centrais para que esse quadro seja revertido e as mulheres, em especial negras, não sejam vítimas do descaso do governo é o aumento da cobertura e da qualidade do atendimento na saúde pública. As mulheres negras são maioria da população com salários mais baixos ou em situação de vulnerabilidade. Ou seja, precisamos de investimentos em uma política que garanta assistência e o direito ao parto humanizado para todas as mulheres.

Mas, ao contrário, o governo

Bolsonaro economizou verbas do programa Rede Cegonha, cujo objetivo é assegurar à mulher atenção humanizada ao pré-natal, parto, pós-parto e à saúde infantil. Dos R\$ 270 milhões que o Ministério da Saúde poderia ter investido entre janeiro de 2019 e julho de 2021, cerca de R\$ 89 milhões ficaram pelo caminho (site AzMina).

Direito ao aborto

A criminalização do aborto está entre as causas de mortalidade materna, também neste caso a presença do racismo resulta em mais vítimas negras. Pelos números do MS informados pela ONG Criola, entre os abortamentos espontâneos,

aqueles realizados por razões médicas e o procedimento clandestino, foram cerca de 100 mil negras internadas em 2020, ante 52 mil brancas e 50 mil com raça não definida.

A diferença pode se encontrar no fato de que, entre os abortos espontâneos, se encontre maior incidência entre as negras justamente pelas dificuldades encontradas no pré-natal; e entre os provocados, considerando aqueles em situação de ilegalidade, mulheres brancas têm mais condições sociais e econômicas de recorrer a procedimentos seguros, enquanto as mulheres negras - em sua maioria sem as condições financeiras de pagar clínicas clandestinas mas requintadas - precisam recorrer a métodos arriscados. Novamente, a urgência de retornar a luta pela legalização do aborto se recoloca.

Priscilla Chandretti e
Joelson Souza

NEGROS COM CURSO SUPERIOR GANHAM 31% MENOS DO QUE BRANCOS

Uma realidade que acompanha a população negra brasileira é a disparidade salarial entre negros (pretos e pardos) e brancos no Brasil, que ocorre em todos os níveis educacionais, mesmo com níveis de escolaridade iguais. Essa é a conclusão que nos apresenta a Síntese dos Indicadores Sociais de 2020, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no último dia 3 de dezembro.

Segundo o IBGE, o resultado reflete o quadro de desigualdade no mercado de trabalho e impacta diretamente a vida da população negra em todos os aspectos.

A pesquisa mostra que, em 2020, independente do nível de escolaridade, seja ele ensino fundamental ou ensino superior, a população identificada como preta ou parda pelo IBGE tinha rendimento menor do que a branca. Na faixa da população com ensino superior completo, pretos e pardos recebiam, em média, por hora, cerca de 30,8% a menos do que os brancos (R\$ 23,40 e R\$ 33,80, respectivamente).

O indicador analisado é o rendimento real do trabalho principal por hora. Ou seja, tem o desconto da inflação. E o custo de vida no Brasil só se deteriora, com os itens básicos como alimentos, gás de cozinha, energia indo nas alturas e jogando o povo cada vez mais na pauperização.

DOS EMPREGOS FORMAIS FECHADOS EM 2020, 96% ERAM OCUPADOS POR MULHERES

Como muito já se afirmou, a pandemia foi particularmente cruel para as mulheres. Além da carga majoritária com o cuidado dos filhos dentro de casa, foram principalmente elas quem sofreram com o desemprego, como confirma a Relação Anual de Informações Sociais (Rais). O levantamento de dados do governo federal sobre postos de trabalho com carteira assinada mostra que, no ano passado, o país perdeu 480 mil vínculos empregatícios. Deste total, 462,9 mil (96,4%) eram vagas ocupadas por mulheres (segundo o jornal Valor Econômico).

Menos vagas de empregos formais, salários mais baixos, maior presença em ocupações precárias ou de tempo parcial. Essa é a situação da mulher trabalhadora. No início deste mês, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou um levantamento com base na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio Contínua (PNAD Contínua) de 2020: as mulheres recebem, em média, o equivalente a 78% da média dos salários masculinos.

Quando essa comparação é feita entre homens brancos e mulheres negras, segundo dados do IBGE de 2019, a situação é ainda mais aviltante. Elas ganham, em média, 44% do salário médio deles.

No país em que cerca de 11,5 milhões de mulheres são mães solo, ou seja, sustentam sozinhas suas famílias sem contribuição dos pais, a perda do emprego e os salários reduzidos, ou mesmo eventuais, empurram não só mulheres para a pobreza, mas também seus filhos e pais.

45 anos de luta de classe e internacionalismo

Em novembro de 1976 surge a OSI, atual corrente O Trabalho do PT

Em 1976 o Brasil estava sob ditadura militar. Nesse tempo de repressão, ocorreu a unificação de grupos trotskistas em nosso país, sob impulso do Comitê de Organização pela Reconstrução da 4ª Internacional (CORQUI, criado em 1972).

No início do ano, o Grupo Outubro, a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) e a Organização de Mobilização Operária (OMO), fundiram-se na Organização Marxista Brasileira (OMB). Em novembro, numa conferência clandestina na Praia Grande (SP), a OMB unificou-se com a Organização Comunista 1º de Maio, criando a Organização Socialista Internacionalista (OSI). Meses antes, em julho, as suas tendências estudantis haviam se somado na "Liberdade e Luta", que marcou época na luta por "Abaixo a Ditadura".

No terreno sindical, os militantes da OSI animavam grupos de oposição ao peleguismo, defendendo sindicatos livres e uma central sindical independente. O jornal "O Trabalho" aparece em 1º de Maio de 1978, coincidindo com a onda de greves iniciada no ABC e que se espalharia pelo país, abalando a ditadura.

"Por um Partido Operário"

Nas eleições de 1978, a OSI, junto com outras forças políticas e sindicais, fez campanha por "Nem Arena, nem MDB, voto nulo por um Partido



Operário". Os anos seguintes foram de campanhas pela liberdade dos presos políticos, pela Anistia, pela libertação de Lula e demais sindicalistas presos. O apoio à revolução na Nicarágua e à luta do "Solidar-nosc" contra a burocracia stalinista da Polônia dava então a dimensão internacional do nosso combate.

Diante das iniciativas para formar um Partido dos Trabalhadores (1980-81), a OSI decidiu engajar-se no mesmo, defendendo um caráter independente ("partido sem patrões") para o PT. Seus militantes jogaram também um papel relevante na fundação da CUT em 1983.

A entrada da OSI no PT levou à sua mudança de nome, primeiro para

Fração 4ª Internacional e depois para Corrente O Trabalho (OT). Como OT, fomos à luta por Diretas Já (1984), participamos de greves gerais, da luta por uma Constituinte Soberana em 1986 - frustrada pela manobra de dar poderes constituintes ao Congresso - das vitórias eleitorais do PT, de Lula - declinando o convite a integrar o seu primeiro governo, dadas diferenças que tínhamos com seu programa - e de Dilma.

Um fio condutor

Não se trata aqui de resumir uma trajetória política de 45 anos, mas sim de destacar o seu fio condutor: independência de classe e internacionalismo.

A luta contra o sistema imperialista que leva a humanidade ao abismo, exige a solidariedade ativa com os trabalhadores e povos de todo o mundo. O que, por sua vez, pede um quadro internacional. A OSI nasceu do combate pela reconstrução da 4ª Internacional e hoje OT é a sua seção brasileira.

Mas, não somos a direção "auto-proclamada" da revolução. A 4ª Internacional e suas seções se lançam à tarefa de, em pé de igualdade com forças de origens diversas, estabelecer quadros amplos de discussão e ação contra o imperialismo num terreno de classe. É assim com o Acordo Internacional dos Trabalhadores e

Povos (Barcelona 1991) e o Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (Argel 2017). No Brasil, nossos militantes constroem o Diálogo e Ação Petista, lado a lado com petistas de distintas origens que querem "agir como o PT agia".

Os desafios permanecem

Sim, pois o sistema imperialista - como mostra a pandemia e seus efeitos sobre a humanidade, ou a crise climática que decorre da ganância pelo lucro - só é capaz de sobreviver atacando os direitos e conquistas dos trabalhadores e povos.

Ao mesmo tempo, esse sistema falido busca atrelar organizações políticas e sindicais dos explorados a um "consenso" que preserve a propriedade e os privilégios de uma minoria capitalista. Desafios que têm tradução em cada país e também no Brasil. Questões abordadas na edição 109 da revista A Verdade (órgão teórico da 4ª Internacional - ver abaixo).

Nós, militantes da corrente O Trabalho do PT, orgulhosos de sua trajetória de luta e dos ensinamentos que ela nos deu, estaremos sempre ao lado dos explorados e oprimidos na luta para terminar com a exploração capitalista e a opressão. Viva os 45 anos da seção brasileira da 4ª Internacional! A luta continua!

Julio Turra

A Verdade 109 traz dossiê sobre a ecologia



O "Dossiê: Bens comuns, transição ecológica e energética e 'economia verde'" é o principal conjunto de textos da revista A Verdade 109 que acaba de ser publicada em português e já está à venda com os militantes da corrente O Trabalho.

A Verdade é a revista teórica da 4ª Internacional, que analisa e debate os problemas da luta de classes mundial, sendo uma ferramenta indispensável para armar os que se batem para libertar a humanidade do sistema de exploração no qual vivemos.

O dossiê se inicia com textos teóricos de décadas atrás, de Trotsky e do camarada Gerard Bloch, sobre a relação entre marxismo e ciência. Em seguida, outros seis textos analisam a política do imperialismo hoje em relação

à devastação do meio ambiente provocada pelo capitalismo, sob diferentes prismas: a estreiteza do mercado mundial, a ação do capital financeiro, a atuação das multinacionais, o desenvolvimento da esfera digital, a questão da energia eólica e os interesses em jogo no desmatamento da Amazônia e do Pantanal Matogrossense.

O que se ressalta é a sanha destruidora do sistema capitalista em relação à natureza, sua incapacidade inata de mudar esse cenário e suas tentativas permanentes de associar as organizações políticas e sindicais do movimento operário com iniciativas de ilusórias uniões de interesses, como forma de tentar barrar a via da revolução.

A revista traz ainda as **Notas do Secretariado Internacional da 4ª Internacional** de análise da situação

mundial, com destaque para o cenário de pandemia e a resposta de "união nacional" dada pelo imperialismo em todo canto, e um importante artigo sobre a unidade da luta do povo palestino, tanto na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, quanto no interior do Estado de Israel.

Com o tema central, o dossiê sobre ecologia, a Corrente O Trabalho vai organizar a discussão desta edição 109 na retomada do ano. **Adquira seu exemplar: R\$ 25,00**

Um tema que interessa a todos, mas em particular à juventude, que se preocupa com o mundo e o planeta que lhes oferece como "futuro" o sistema capitalista, e vive em condições cada vez mais precárias, para aqueles que não possam pagar o valor de capa, a revista será vendida a R\$ 10,00.

EUA: júri absolve assassino de manifestantes

Após a decisão, Joe Biden diz que apoia as conclusões: “O sistema funciona”

Kyle Rittenhouse matou dois manifestantes e feriu outro em 25 de agosto de 2020, durante os protestos Black Lives Matter (Vidas Negras Importam) em Kenosha, Wisconsin (EUA). Morador do estado vizinho de Illinois, Rittenhouse, na época com 17 anos, deslocara-se a Kenosha para participar de uma milícia de extrema direita que afirmava defender o comércio da cidade contra os manifestantes.

Armado com um rifle de assalto, matou um primeiro manifestante desarmado. Perseguido por outros participantes do protesto, matou um segundo e feriu um terceiro. Quando, para escapar, se entregou aos policiais, estes não o prenderam e o deixaram ir para casa. Segundo as explicações de um superior, eles haviam sido chamados a um tiroteio e não entenderam que aquele jovem portando um rifle de assalto teria sido o autor dos disparos.

Seu julgamento ocorreu de 1º a 19

de novembro, de acordo com o sistema estadunidense de júri popular, com participação da população do distrito onde ocorreu o crime. Nas discussões prévias à audiência, o juiz (uma figura local do Partido Democrata) proibiu a acusação de usar a palavra “vítimas” em relação aos homens baleados por Rittenhouse, mas permitiu que a defesa os chamasse de “saqueadores” ou “incendiários” (com a condição limitada de que pudesse fundamentar esses qualificativos). Rittenhouse foi absolvido sob a alegação de legítima defesa.

“Temos de nos submeter”

Após a absolvição, o presidente Joe Biden declarou: “Apoio as conclusões do júri. O sistema de júri funciona e temos de nos submeter a ele”. Depois, acrescentou: “Embora o veredito de Kenosha enfureça e preocupe muitos estadunidenses, inclusive eu, temos de admitir que o júri falou”. Isso diz tudo.

Biden não é racista, como Trump

era. Essa é uma das razões que permitiram a sua eleição. Mas ele recusa qualquer questionamento ao sistema político estadunidense, inteiramente baseado no racismo. Nesse caso, as vítimas não eram negras, mas a decisão judicial foi entendida por todos como uma permissão para as milícias brancas se armarem e atacarem os manifestantes negros ou defensores dos direitos dos negros. (...)

Biden foi o vice-presidente do primeiro presidente negro dos Estados Unidos, mas, para os milhões de negros, jovens, trabalhadores que se manifestaram em 2020 contra a violência policial dirigida prioritariamente contra os negros, suas declarações lançam luz sobre sua campanha e o início de seu mandato. Ele tem falado da boca para fora aos manifestantes, mas sempre rejeitou o termo “racismo sistêmico”, colocando a opressão contra os negros nos Estados Unidos como uma questão de

indivíduos. (...)

Norman 3X Butler e Thomas 15X Johnson, dois dos militantes negros condenados pelo assassinato de Malcolm X, acabam de ser declarados inocentes por um tribunal federal, com base em provas que o FBI (polícia federal dos EUA) e a polícia de Nova York esconderam durante décadas. Isso mostra como todo o sistema policial dos EUA é baseado no racismo e na opressão do povo negro.

Milhões de estadunidenses exigiam em 2020 o fim desse sistema. É essa também a exigência dos manifestantes que, espontaneamente, tomam as ruas cada vez que um negro é morto pela polícia. Mais de um ano após as manifestações maciças Black Lives Matter, essas questões permanecem no centro da situação política nos Estados Unidos.

Devan Sohier, do jornal francês Informations Ouvrières

27 mortos no canal da Mancha!

Crise dos refugiados na Europa: quem é o responsável?

Vinte e sete homens, mulheres e crianças, que tentavam chegar à Inglaterra, morreram na costa de Calais, norte da França. Imediatamente os Primeiros-ministros britânico e francês e o ministro do Interior francês, Gérald Darmanin, expressaram sua emoção. Lágrimas de crocodilo: todos os dias, na fronteira italiana, o governo francês persegue migrantes que tentam cruzar as montanhas num frio congelante.

Cinco coiotes foram presos, anunciou Gérald Darmanin. Certamente, os coiotes têm uma responsabilidade. Eles se aproveitam da miséria para organizar travessias por dois ou três mil euros e, aqueles que não têm o dinheiro, pagarão a prazo, quando estiverem na Inglaterra, exercendo o trabalho que lhes foi designado por esses traficantes de seres humanos.

Com razão, um parlamentar da região de Altos de França explicou que quando cem coiotes são presos, outros cem tomam imediatamente seus lugares. E alertou que é preciso ir atrás dos chefes mafiosos dos coiotes, que moram em belas casas em Londres.

Mas a responsabilidade é também e, sobretudo, dos governos. A maioria das pessoas que estão em Calais

são iraquianos, sírios, curdos e iranianos. Eles fugiram da guerra, da violência, da pobreza e da miséria. Não querem se estabelecer na França, estão em Calais porque querem chegar à Inglaterra. Em primeiro lugar porque, na Grã-Bretanha, uma pessoa que entra ilegalmente no país recebe uma autorização de residência temporária, antes que a Comissão de Asilo decida. Em segundo lugar, porque falam mais ou menos o inglês, têm família, amigos ou compatriotas e uma vez lá podem ser ajudados. Finalmente, porque a desregulamentação generalizada na Grã-Bretanha faz com que eles possam trabalhar, precariamente, mas serão capazes de sobreviver.

A causa da situação em Calais está no tratado franco-britânico conhecido como de Touquet, assinado em 2004 e que transfere a fronteira britânica para o território francês. Assim, é responsabilidade da polícia francesa impedir que os migrantes atravessem para a Inglaterra. A Grã-Bretanha paga à França várias dezenas de milhões de euros por ano. As forças policiais francesas são, portanto, auxiliares voluntárias das forças da Grã-Bretanha.

Também é esse, exatamente, o caso



Os poucos sobreviventes do naufrágio de 24 de novembro que deixou 27 mortos desembarcam em praia de Calai

da Turquia, que é paga pela União Europeia para manter “migrantes” na Turquia. É também o caso das milícias líbias, também pagas pela UE para impedir os “migrantes” de atravessarem o Mediterrâneo.

Essa é a real responsabilidade desses governos que fizeram a guerra no Iraque e na Síria, obrigando milhões de pessoas a fugir e que, na África, continuam essas guerras e a pilhagem das riquezas desses países. São esses mesmos governos que estão aumentando o número de caças aos “migrantes”, construindo muros, cercas de arame farpado e campos de detenção. Nesses campos, as pessoas

são colocadas em condições repugnantes. Elas atravessaram o Oriente Médio, Turquia, Grécia, França, para chegar à cidade de Calais. Outros cruzaram a África Subsaariana, o Magrebe, o Mediterrâneo, correndo o risco de se afogar ... Muitos deles morreram.

Como disse um habitante de Calais: “Enquanto a Grã-Bretanha estiver na frente de Calais, os migrantes estarão aqui”. Os milhares que estão em Calais não são “migrantes”, são refugiados. Então, em nome do direito de asilo: que sejam bem-vindos na França e na Grã-Bretanha!

Lucien Gauthier

Voto Boric para derrotar o pinochetista e seguir em luta

Chile volta às urnas em 19 de dezembro no segundo turno das eleições presidenciais

No primeiro turno das eleições presidenciais no Chile, em 21 de novembro, os dois mais votados foram José Antonio Kast e Gabriel Boric, que voltam a se enfrentar nas urnas no próximo dia 19.



Kast e Boric disputam o segundo turno

Kast, é um candidato da ultra-direita, aberto defensor do ditador Pinochet. Boric, ex-líder estudantil e deputado, disputou o primeiro turno pelo pacto Apruebo Dignidad (Aprovo Dignidade), uma coalização da Frente Ampla – que reúne partidos de esquerda – com o Partido Comunista.

Estas eleições presidenciais ocorrem concomitantes ao trabalho da Convenção Constitucional eleita em maio e instalada em julho, com o mandato de redigir uma nova Constituição que enterre a atual, herança de Pinochet.

Nas semanas de campanha após o primeiro turno, os candidatos mudam seus discursos para tentar ganhar o voto dos que votaram nos

candidatos derrotados (como o terceiro mais votado, Franco Parisi, de direita), ou entre os 52% dos que se abstiveram. Nota-se que desde que no Chile o voto deixou de ser obrigatório o índice de abstenção vem crescendo. A exceção foi o plebiscito de outubro de 2020 no qual os chilenos votaram para que a Convenção Constitucional adotasse uma nova Constituição.

Kast tenta moderar seu discurso se fazendo parecer mais de centro, enquanto seus seguidores se encarregam de propagandear sua real política. Kast representa os piores momentos da história do Chile, defensor que é da ditadura de Pinochet. Seu programa viola os direitos das mulheres, aprofunda a flexibilização dos direitos trabalhistas e pretende impor uma ideologia ultra conservadora nas escolas. Propõe rebaixar o imposto dos ricos e aumentar a idade para a aposentadoria, além de anunciar o

fortalecimento das AFP (fundos de pensão privados, que há anos o povo chileno luta para pôr fim) e também fortalecer a saúde privada. É um programa que se choca frontalmente com todas as demandas que o povo chileno levou às ruas, na revolta que eclodiu em outubro de 2019.

Boric incorporou em sua campanha figuras ligadas à ex-Concertación (cujas candidatas ficou em quinto lugar no primeiro turno) tentando livrar-se da etiqueta de esquerdista e comunista. Alguns de seus assessores asseguram que ele não é de esquerda, mas é um social democrata.

Os partidos de esquerda que não são do pacto Apruebo Dignidad declararam apoio a Boric. Também no movimento sindical ele ganha apoio, pois se sabe o que está em jogo. Derrotar o retrocesso do país que Kast representa, votando em Boric. Como diz a declaração da Confederação de Sindicatos Bancários e do Setor Financeiro “Se bem que nossas organizações sindicais integram pessoas de todas as cores políticas, nosso trabalho sempre foi, e seguirá sendo, defender seus direitos (...) Em 19 de dezembro votem por Gabriel Boric e sigamos defendendo o processo constitucional”.

O que dizem as pesquisas, e o que se vê nas ruas, é que a vitória de Boric é possível. Setores que normalmente não se manifestavam, agora declaram apoio a ele. Nos atos públicos, os de Boric são os mais massivos, é possível perceber grande motivação das pessoas. Há 10 dias da votação é seguir na batalha pelo voto Boric e seguir a luta para avançar na conquista das demandas levantadas desde 2019.



25/10/19: mais de um milhão de pessoas nas ruas de Santiago levantam exigências que terminem com o modelo de país que sacrifica o povo

Convenção Constitucional

Em paralelo às eleições o trabalho da Convenção Constitucional segue seu curso. Desde o mundo do trabalho tenta-se dar o conteúdo das demandas e reivindicações. Como que tipo de governos se quer, a questão da Previdência, saúde e educação públicas, direitos trabalhistas, etc. Foram feitas muitas reuniões e atividades com os convencionais que apoiam e seguiremos neste caminho. Agora estamos em período de audiências e apresentação de propostas e há que utilizar todos os recursos para ajudar que, através da mobilização popular, as demandas sejam inscritas na nova Constituição.

Mesmo se forem derrotadas, a direita e ultra-direita não vão querer abrir mão do modelo que tanto as beneficiou desde Pinochet e nos governos que se alternaram nos últimos trinta anos desde o fim da ditadura.

Kast disse claramente que quer evitar que haja uma nova Constituição.

Depois de 19 de dezembro, com a vitória de Boric, pelo que lutamos, é apoiar-se nesta vitória e na mobilização em direção à Convenção, para retomar a luta pelo país que saiu das gargantas da maioria do povo chileno e tomou as ruas do Chile na revolta de 2019.

Correspondente

CAMPANHA FINANCEIRA

Na reta final contamos com sua contribuição!

Nosso calendário de 2022 - “A Independência que ainda não veio” - tem tido grande aceitação. O tema remete ao ano do bicentenário da “independência”.

O calendário ajuda a abrir uma discussão necessária. Como resolver uma infinidade de questões nacionais – com a questão da terra, indígena, negra, dos direitos, da apropriação dos recursos naturais, entre tantas outras - que pesam sobre a nação e clamam todos os dias por solução?

Cinco décadas depois da proclamação da independência veio a proclamação da República, através de um golpe militar. As instituições do Estado já nasceram então sob tutela militar. Esta tutela e a subordinação ao imperialismo nunca deixaram de existir. Assim como desde o Império nunca houve uma assembleia nacional constituinte verdadeiramente soberana que fosse expressão da vontade do povo – o significado



da palavra “república”.

A covarde burguesia brasileira, submissa aos interesses do imperialismo, já demonstrou que cumpre o odioso papel de “vanguarda do atraso”.

De nossa parte, prosseguimos o debate sobre a construção de uma saída. Democracia é dar a palavra ao povo – uma constituinte. Uma discussão que está em curso.

Nossa campanha Financeira está na reta final. Adquira já seu calendário 2022 e ajude a sustentar nosso combate.

O TRABALHO PT

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br